



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

87.

15

Terceira Câmara de Direito Público

Apelação Cível nº 296058-1 Petrolina (Vara da Fazenda Pública)

Apelante: Joaquim de Amorim Filho

Advogado: PEDRO Eduardo Gomes Patriota PE000815B

Apelado: Estado de Pernambuco

Procurador: Marcos Elesbão

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM AFASTADA. APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO NESTA INSTÂNCIA RECURSAL. MÉRITO: TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PAGAMENTO EM DOBRO DO IPVA REFERENTE AO ANO 2011. RESTITUIÇÃO. MULTA POR EXCESSO DE PRAZO EM CUMPRIR O ART. 123 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO NACIONAL. FATO CAUSADO POR FATO DE TERCEIRO. ANULAÇÃO. CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS FACE AS EXIGÊNCIAS E CONSTRANGIMENTOS SOFRIDOS. RECURSO DE APELAÇÃO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

1. O juízo *a quo* extinguiu o processo sem julgamento de mérito, face a ocorrência de ilegitimidade ativa do demandante. Entretanto, penso que a sentença merece ser reformada, para afastar a preliminar de ilegitimidade.

2. É que, não obstante o autor não ter colacionado o Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (CRVL) atualizado, às fls. 16/18 os documentos demonstram que é o Sr. Joaquim Amorim Filho o proprietário de VW/Saveiro 1.8 Plus, placa JOC-8053. Demonstrada, pois, a propriedade por parte do demandante não havia motivos para que o processo fosse extinto sem julgamento de mérito. Preliminar afastada.

3. Resta agora perquirir se a demanda comporta julgamento de mérito, à luz da Teoria da Causa Madura, prevista no art. 515, §3º do Código de Processo Civil. Dispõe o referido artigo que "Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento".

4. Versa a lide sobre pedido de anulação das multas aplicadas, condenando a ré a restituir em dobro os valores cobrados indevidamente ao autor, referentes ao IPVA, licenciamento e seguro-obrigatório pagos em setembro de 2011, além da indenização por danos morais.

5. Inicialmente, é preciso destacar que a responsabilidade para a transferência documental quando da aquisição de veículo é do comprador, nos termos do que disciplina o artigo 123, §1º do Código de Trânsito Brasileiro. Caso, a transferência não seja efetuada dentro do prazo legal, o infrator incorrerá em infração grave cuja penalidade é de multa, além de retenção do veículo para regularização (art. 233 do CTB).

6. No presente caso, conforme consta nos autos, o adquirente do veículo requereu a transferência do veículo em março de 2011, com o comprovante de pagamento do IPVA, DPVAT e taxa de licenciamento referente ao ano de 2011. Para a sua surpresa o registro não ocorreu porque não constava nos registros do DETRAN referido pagamento. Assim, sem o comprovante de quitação dos débitos referentes ao veículo este não poderia ser transferido, nos termos do art. 128 do CTB.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

7. Todavia, in casu, mesmo sem constar o pagamento perante o DETRAN o adquirente tinha prova de que a exigência não tinha razão de ser, posto que os encargos perante o carro foram pagos no dia 08/02/2011 (fls. 11). Provavelmente, o que aconteceu foi um erro entre o banco que efetuou o pagamento e o DETRAN que não conseguiu repassá-lo em tempo hábil, impossibilitando assim a emissão de novo Certificado de Registro de Veículo.

8. A prova do pagamento é suficiente para que o órgão administrativo entrasse em contato com o banco, a fim de recuperar o valor que lhe foi creditado e assim proceder com a transferência. A burocracia foi tanta que o demandante precisou pagar novamente o débito, para só então poder ter seu pedido atendido (fls. 19/19v). Como, até então, a propriedade era de Cleonice Victor Moura da Silva todos os boletos emitidos saíram em seu nome.

9. A duplicidade de pagamentos referentes ao IPVA, DPVAT e taxa de licenciamento do ano de 2011 do veículo VW/Saveiro 1.8 Plus caracteriza flagrante bis in idem, gerando enriquecimento ilícito por parte do Estado de Pernambuco. Demonstrado, pois, o pagamento de dois encargos referentes ao mesmo fato gerador, um merece ser restituído. Contudo, a sua restituição em dobro, como requer o apelante, não merece prosperar, porque não se trata de relação jurídica de âmbito privado, tampouco regida pelo Código de Defesa do Consumidor.

10. Por outro lado, a imposição de multa pela não transferência no prazo de 30 dias contados da expedição do Documento Único para Transferência (DUT) também não tem razão de ser, posto que a demora se deu em virtude de fato imputado a própria Administração, que não aceitou o comprovante de pagamento apresentado pelo adquirente, bem como não procedeu com as cautelas necessárias para sanar o equívoco entre o DETRAN e os bancos conveniados.

11. Se a demora foi decorrente de ato de terceiro, não pode ser o apelante responsável por ato que não deu causa, com a imposição de sanção pecuniária, ainda mais, quando se verifica que a multa foi gerada duas vezes pelo DETRAN (fls. 18). Merece, pois, o ato ser anulado por o motivo aduzido não ter sido verdadeiro, porque a demora se deu por culpa do DETRAN.

12. Por fim, requer o apelante a condenação do Estado de Pernambuco a título de danos morais, tendo em vista a demora para conseguir a transferência de propriedade, bem como pelos constrangimentos sofridos. Penso que, nesta parte do pedido, assiste razão ao ora apelante.

13. A demora que o demandante sofreu para poder efetivar o seu direito de propriedade (cerca de seis meses entre a data do pedido e expedição de novo CRLV), bem como a imposição de duas infrações graves, que ele deu causa e cuja consequência é o pagamento de multa, bem como a retenção do veículo para averiguação fazem com que os acontecimentos não sejam apenas meros aborrecimentos, mas sim, dano passível de indenização por ofensa a moral.

14. Em atenção aos parâmetros jurisprudenciais e doutrinários, tenho que o Estado de Pernambuco não cumpriu adequadamente o seu papel de gestor da coisa pública e que tem por um dos princípios norteadores o da eficiência. A título de exemplo, esta Relatoria quando do julgamento da AP 157547-3, tomou como parâmetro o valor do tributo cobrado indevidamente para poder fixar o valor a título de danos morais. Naquele caso, o valor devido equivaleu a 15(quinze) vezes o valor da cobrança excessiva.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

88

15

15. Tendo em vista que o valor pago em duplicidade do IPVA – exercício 2011 – já foi analisado e deferida a sua restituição, apenas a multa pela infração ao art. 233 do CTB, bem como a espera para a efetivação do direito podem ser utilizados como indicativos, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, para se chegar ao quantum razoável. Observando, ademais, o julgado acima transcrito penso que o valor de 1.276,90 (hum mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa centavos) – valor este correspondente a 10 vezes da multa aplicada é justo e equânime para ressarcir os danos sofridos.

16. Preliminar de ilegitimidade ativa ad causam afastada, comportando o feito julgamento nesta instância recursal, nos termos do art. 515, §3º do CPC. No mérito, deu-se provimento parcial à Apelação Cível para para determinar a anulação das multas aplicadas, restituição do valor cobrado indevidamente referente ao IPVA, DPVAT e taxa de licenciamento do ano de 2011, acrescida de correção monetária e juros de mora, bem como condenação por danos morais no valor de R\$1.276,90(hum mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa centavos) acrescidas de correção monetária desde a data do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros de mora a partir do evento danoso(Súmula 54, STJ).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Apelação nº 0296058-1 da Comarca de Petrolina, em que figuram, como Apelante, Joaquim de Amorim Filho e, como Apelado, Estado de Pernambuco,

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em afastar a preliminar de ilegitimidade ativa ad causam e no mérito dar provimento parcial ao presente recurso, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de maio de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



82

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

Terceira Câmara de Direito Público

Apelação Cível nº 296058-1 Petrolina (Vara da Fazenda Pública)

Apelante: Joaquim de Amorim Filho

Advogado: PEDRO Eduardo Gomes Patriota PE000815B

Apelado: Estado de Pernambuco

Procurador: Marcos Elesbão

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Relatório

Trata-se de **Recurso de Apelação** contra sentença proferida em sede de **Ação Anulatória de Ato Administrativo c/c Repetição de Indébito e Indenização por danos morais nº 0003208-32.2012.8.17.1130**, da lavra do magistrado Josilton Antônio Silva Reis, proposta por Joaquim de Amorim Filho em face do **Estado de Pernambuco**.

O propósito do ajuizamento da demanda é a anulação das multas aplicadas, condenação da ré a restituir em dobro os valores cobrados indevidamente ao autor, referentes ao IPVA, licenciamento e seguro-obrigatório pagos em setembro de 2011, além de condenação a título de danos morais. Tal pedido se deve ao fato de que o autor requereu a transferência do veículo VW/Saveiro, 1.8 Plus, Placa JOC-8053, cuja propriedade era de Cleonice Victor Moura da Silva. Entretanto, isso não foi possível, porque não constava nos registros do DETRAN o pagamento do IPVA do ano de 2011.

O autor só conseguiu o seu intento apenas em setembro de 2011 quando teve que pagar novamente o IPVA daquele ano. Some-se a isso o fato de que ele foi multado duas vezes por não ter procedido a transferência do veículo no prazo de 30 dias a contar da emissão do Documento Único para Transferência (DUT).

O juízo de primeiro grau extinguiu o processo sem julgamento do mérito, face a ausência de legitimidade ativa *ad causam*, posto que não demonstrado que o autor é mesmo o proprietário do carro.

Irresignado, o particular interpôs Recurso de Apelação às fls. 63/66, defendendo que a transferência não ocorreu no prazo de 30 dias por culpa do Apelado. Ademais, afirma que os documentos de fls. 16/18 trazem o apelante como proprietário do veículo, impossibilitando, pois, o reconhecimento da ilegitimidade ativa.

Recurso de Apelação recebida nos seus efeitos legais (fls. 68).

Contrarrazões apresentadas às fls. 70/73, requerendo a manutenção da sentença face à ocorrência de ilegitimidade ativa *ad causam*.

É o Relatório. Ao Revisor.

Recife, 05 de *Dezembro* de 2013.

Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



89,

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

Terceira Câmara de Direito Público**Apelação Cível nº 296058-1 Petrolina (Vara da Fazenda Pública)****Apelante: Joaquim de Amorim Filho****Advogado: PEDRO Eduardo Gomes Patriota PE000815B****Apelado: Estado de Pernambuco****Procurador: Marcos Elesbão****Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo****Voto Preliminar: Da Ilegitimidade Ativa Ad Causam**

O juízo *a quo* extinguiu o processo sem julgamento de mérito, face a ocorrência de ilegitimidade ativa do demandante.

É que, segundo sustenta, o autor não colacionou aos autos documentos que demonstrassem a propriedade do veículo. Ao contrário, o Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (CRVL) às fls. 08/09 dão conta de que é a Sra. Cleonice Victor Moura da Silva a dona do mesmo. Sendo assim, não poderia Joaquim de Amorim Filho ingressar com a presente ação por lhe faltar interesse na causa.

Entretanto, penso que a sentença merece ser reformada, para afastar a preliminar de ilegitimidade.

É que, não obstante o autor não ter colacionado o Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (CRVL) atualizado, às fls. 16/18 os documentos demonstram que é o Sr. Joaquim Amorim Filho o proprietário de VW/Saveiro 1.8 Plus, placa JOC-8053.

Demonstrada, pois, a propriedade por parte do demandante não havia motivos para que o processo fosse extinto sem julgamento de mérito.

Resta agora perquirir se a demanda comporta julgamento de mérito, à luz da Teoria da Causa Madura, prevista no art. 515, §3º do Código de Processo Civil.

Dispõe o referido artigo que "Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento".

No presente caso, penso que a demanda comporta o julgamento nesta instância recursal por conter os elementos indispensáveis para o julgamento do mérito, conforme às fls. 07/19.

Diante do exposto, voto pelo afastamento da ilegitimidade ativa ad causam, e consequentemente, com arrimo no art. 515, §3º do CPC, pelo julgamento do mérito nesta instância recursal.

É como voto.
Recife, 27 de Maio de 2013.

Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

90

15

Terceira Câmara de Direito Público
Apelação Cível nº 296058-1 Petrolina (Vara da Fazenda Pública)
Apelante: Joaquim de Amorim Filho
Advogado: PEDRO Eduardo Gomes Patriota PE000815B
Apelado: Estado de Pernambuco
Procurador: Marcos Elesbão
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Voto de Mérito

Versa a lide sobre pedido de anulação das multas aplicadas, condenando a ré a restituir em dobro os valores cobrados indevidamente ao autor, referentes ao IPVA, licenciamento e seguro-obrigatório pagos em setembro de 2011, além da indenização por danos morais.

É que o autor adquiriu em março de 2011 um veículo VW/Saveiro 1.8 Plus, placa JOC-8053 de Celonice Victor Moura da Silva e quando foi DETRAN requerer a transferência de propriedade foi impedido por não constar em seus registros o pagamento do IPVA do ano de 2011.

Segundo sustenta, mesmo demonstrando o comprovante bancário de pagamento o DETRAN quedou-se inerte e a transferência só foi possível quando ele efetuou novo pagamento do débito, em setembro de 2011.

Em ato contínuo, o DETRAN lançou duas multas contra o mesmo, por ele não ter transferido o veículo em trinta dias a contar da data da expedição do Documento Único de Transferência (DUT).

Por todos esses entraves burocráticos e pela demora em ter consolidado um direito que adquiriu em março de 2011, o ora apelante também requer ressarcimento pelos danos morais sofridos.

Penso, pois, o pleito merece ser parcialmente acolhido.

Inicialmente, é preciso destacar que a responsabilidade para a transferência documental quando da aquisição de veículo é do comprador, nos termos do que disciplina o artigo 123, §1º do Código de Trânsito Brasileiro:

Art. 123. Será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando:

I - for transferida a propriedade;

II - o proprietário mudar o Município de domicílio ou residência;

III - for alterada qualquer característica do veículo;

IV - houver mudança de categoria.

§ 1º No caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

Veículo é de trinta dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas.

Caso, a transferência não seja efetuada dentro do prazo legal, o infrator incorrerá em infração grave cuja penalidade é de multa, além de retenção do veículo para regularização (art. 233 do CTB).

No presente caso, conforme consta nos autos, o adquirente do veículo requereu a transferência do veículo em março de 2011, com o comprovante de pagamento do IPVA, DPVAT e taxa de licenciamento referente ao ano de 2011. Para a sua surpresa o registro não ocorreu porque não constava nos registros do DETRAN referido pagamento.

Assim, sem o comprovante de quitação dos débitos referentes ao veículo este não poderia ser transferido, nos termos do art. 128 do CTB:

Art. 128. Não será expedido novo Certificado de Registro de Veículo enquanto houver débitos fiscais e de multas de trânsito e ambientais, vinculadas ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.

Todavia, in casu, mesmo sem constar o pagamento perante o DETRAN o adquirente tinha prova de que a exigência não tinha razão de ser, posto que os encargos perante o carro foram pagos no dia 08/02/2011 (fls. 11). Provavelmente, o que aconteceu foi um erro entre o banco que efetuou o pagamento e o DETRAN que não conseguiu repassá-lo em tempo hábil, impossibilitando assim a emissão de novo Certificado de Registro de Veículo.

A prova do pagamento é suficiente para que o órgão administrativo entrasse em contato com o banco, a fim de recuperar o valor que lhe foi creditado e assim proceder com a transferência. A burocracia foi tanta que o demandante precisou pagar novamente o débito, para só então poder ter seu pedido atendido (fls. 19/19v). Como, até então, a propriedade era de Cleonice Victor Moura da Silva todos os boletos emitidos saíram em seu nome.

A duplicidade de pagamentos referentes ao IPVA, DPVAT e taxa de licenciamento do ano de 2011 do veículo VW/Saveiro 1.8 Plus caracteriza flagrante bis in idem, gerando enriquecimento ilícito por parte do Estado de Pernambuco.

Demonstrado, pois, o pagamento de dois encargos referentes ao mesmo fato gerador, um merece ser restituído. Contudo, a sua restituição em dobro, como requer o apelante, não merece prosperar, porque não se trata de relação jurídica de âmbito privado, tampouco regida pelo Código de Defesa do Consumidor.

Por outro lado, a imposição de multa pela não transferência no prazo de 30 dias contados da expedição do Documento Único para Transferência (DUT) também não tem razão de ser, posto que a demora se deu em virtude de fato



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

91.

15

imputado a própria Administração, que não aceitou o comprovante de pagamento apresentado pelo adquirente, bem como não procedeu com as cautelas necessárias para sanar o equívoco entre o DETRAN e os bancos conveniados.

Se a demora foi decorrente de ato de terceiro, não pode ser o apelante responsável por ato que não deu causa, com a imposição de sanção pecuniária, ainda mais, quando se verifica que a multa foi gerada duas vezes pelo DETRAN (fls. 18). Merece, pois, o ato ser anulado por o motivo aduzido não ter sido verdadeiro, porque a demora se deu por culpa do DETRAN.

Por fim, requer o apelante a condenação do Estado de Pernambuco a título de danos morais, tendo em vista a demora para conseguir a transferência de propriedade, bem como pelos constrangimentos sofridos.

Penso que, nesta parte do pedido, assiste razão ao ora apelante.

A demora que o demandante sofreu para poder efetivar o seu direito de propriedade (cerca de seis meses entre a data do pedido e expedição de novo CRLV), bem como a imposição de duas infrações graves, que ele deu causa e cuja consequência é o pagamento de multa, bem como a retenção do veículo para averiguação fazem com que os acontecimentos não sejam apenas meros aborrecimentos, mas sim, dano passível de indenização por ofensa a moral.

Somando-se à natural inquietação causada pela subjetividade do tema, tem-se que o ordenamento jurídico brasileiro ainda não disciplinou critérios objetivos para quantificar a indenização por dano moral.


Doutrinadores com viés constitucionalista defendem a impropriedade do tarifamento do dano moral, dado seu caráter subjetivo intrínseco à dignidade da pessoa humana e a tutela geral estabelecida em nível constitucional.¹

Não obstante, há certo tempo o Superior Tribunal de Justiça tomou para si a função de controlar os valores dessas indenizações, de modo que passou a existir alguma uniformidade. Vejamos:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANO MORAL. PRISÃO ILEGAL. QUANTIFICAÇÃO DO DANO. CONTROLE PELO STJ. POSSIBILIDADE. CRITÉRIO DA EXORBITÂNCIA OU IRRISORIEDADE DO VALOR.

1. Ação de indenização por danos morais sofridos em decorrência de prisão ilegal e de lesão corporal praticada por policiais civis.

2. Na hipótese dos autos, conforme consta no aresto recorrido, os agentes públicos "agiram de modo temerário e negligente com o autor, que injustamente o prenderam, conduziram-no em


¹ MORAES, Maria Celina Bodin de. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro: Renovar: 2003, p. 333.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

viatura até a Central de Polícia e desferiram-lhe golpes que lhe provocaram lesões".

3. A indenização por dano moral não é preço matemático, mas compensação parcial, aproximativa, pela dor injustamente provocada. In casu, é mecanismo que visa a minorar o sofrimento da vítima. Objetiva também dissuadir condutas assemelhadas dos responsáveis diretos, ou de terceiros em condição de praticá-las futuramente.

4. O montante indenizatório dos danos morais fixado pelas instâncias ordinárias está sujeito a excepcional controle pelo Superior Tribunal de Justiça, quando se revelar exorbitante ou irrisório. Precedentes do STJ.

5. A título de danos morais, o Juízo de 1º Grau fixou o valor em R\$ 12.000,00 (doze mil reais). O Tribunal local, ao dar parcial provimento à Apelação interposta pelo Estado, reduziu a referida indenização para R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

6. Caracteriza-se a especial gravidade dos fatos, decorrência da atuação violenta e criminoso de agentes do Estado, pagos pelo contribuinte para defender a sociedade, e não para aterrorizá-la.

7. Considerando as peculiaridades da demanda, o apelo deve ser provido a fim de restabelecer a sentença.

8. Recurso Especial parcialmente provido.

(REsp 631.650/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/12/2009, DJe 15/12/2009)

Em atenção aos parâmetros jurisprudenciais e doutrinários, tenho que o Estado de Pernambuco não cumpriu adequadamente o seu papel de gestor da coisa pública e que tem por um dos princípios norteadores o da eficiência.

A título de exemplo, esta Relatoria quando do julgamento da AP 157547-3, tomou como parâmetro o valor do tributo cobrado indevidamente para poder fixar o valor a título de danos morais. Naquele caso, o valor devido equivaleu a 15(quinze) vezes o valor da cobrança excessiva.

Tendo em vista que o valor pago em duplicidade do IPVA – exercício 2011 – já foi analisado e deferida a sua restituição, apenas a multa pela infração ao art. 233 do CTB, bem como a espera para a efetivação do direito podem ser utilizados como indicativos, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, para se chegar ao quantum razoável.

Observando, ademais, o julgado acima transcrito penso que o valor de 1.276,90 (hum mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa centavos) – valor este correspondente a 10 vezes da multa aplicada é justo e equânime para ressarcir os danos sofridos.

Diante do exposto, VOTO pelo provimento parcial da Apelação, para determinar a anulação das multas aplicadas, restituição do valor cobrado indevidamente referente ao IPVA, DPVAT e taxa de licenciamento do ano de 2011, acrescida de correção monetária e juros de mora, bem como



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

92.

15

condenação por danos morais no valor de R\$1.276,90(hum mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa centavos) acrescidas de correção monetária desde a data do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros de mora a partir do evento danoso(Súmula 54, STJ).

É como voto.

Recife, 27 de Maio de 2013.


Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



TJPE
FLS.
83

CONCLUSÃO

*Nesta data, faço estes autos conclusos
ao Desembargador Antenor Cardoso
Soares Junior, para revisão.*

Recife, 5 de dezembro de 2013.


Diretoria Cível

Revistos. peça paula
Recife. 11/12/14
Des Antenor Soares
Revisor

